

9.4. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

9.5. Se a contratada recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita ainda às seguintes penalidades:

- a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
- b) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Órgãos/Entidades por prazo de até 05 (cinco) anos,e,
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.6. A empresa licitante ou contratada que for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contrato com a Administração e será descredenciada do sistema de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, em conformidade com o art. 7º da Lei 10.520/2002.

9.7. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Órgão, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Órgão/Entidade, podendo, ainda o ÓRGÃO/ENTIDADE proceder à cobrança judicial da multa.

9.8. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO/ENTIDADE.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº.04/2023** e seus anexos e as propostas **classificadas**.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São José dos Quatro Marcos-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São José dos Quatro Marcos, 19 de setembro de 2023.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal.

PROPONENTE DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Assinatura: _____

EMPRESA	BARBARA BESSA SILVA OLIVEIRA – ME
CNPJ	34.185.877/0001-16
ENDEREÇO	Rua Mato Grosso, n.º 121, Sala 01, Bairro Centro, na cidade de Salto do Céu-MT, CEP 78.270-000
Representante/Procurador	Sr. Bárbara Bessa Silva Oliveira RG nº. 2288115-8 SESP MT CPF nº. 046.452.121-17

TESTEMUNHAS:

Nome: Douglas Ferreira da Silva Nome: Danilo Ricardo Pivetta

CPF: 036.7786201-46 CPF: 032.867.841-41

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 08/2023 PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2023

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, JADILSON ALVES DE SOUZA, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Estatuto e Contrato Consórcio, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista da adjudicação do pregoeiro resolve: HOMOLOGAR o resultado do **Processo de Licitação 08-2023, Pregão Eletrônico Registro de Preços 02-2023**, tendo como **objeto Registro de Preços para futura e eventual aquisição de MADEIRA de lei para manutenção de pontes de madeira localizadas em rodovias estaduais não pavimentadas nos municípios do Consórcio do Complexo Nascentes do Pantanal em atendimento ao objeto do Convênio SINFRAN nº 0317/2023, conforme especificações e condições técnicas constantes deste Termo de Referência**, que teve como “VENCEDOR” do lote único a seguinte empresa, **F. A. MODESTO, inscrita no CNPJ: 27.724.563/0001-89**, conforme quadro abaixo:

Lote	Item	Quant.	Un	Marca	Unitário	Total
Descrição: Madeira de Lei serrada em quadrados na medida seção 0,30 x 0,25 M, Comprimento entre 5,00 a 7,00M – exclusivamente nas seguintes espécies / essências: Ipê, Maçaranduba, Angico Preto, Faveiro Ferro, Itaúba Preta, Garrote, Jatobá. Incluso frete.						
1	1	480,00	m3	MAÇARANDUBA JATOBÁ ITAUBA PRETA MAÇARANDUBA JATOBÁ ITAUBA PRETA	R\$ 2.416,20	R\$ 1.159.776,00
Lote	Item	Quant.	Un	Marca	Unitário	Total
Descrição: Madeira de Lei serrada em PRANCHAS medida seção (Largura 20 a 30 cm x Espessura 6 e 8 cm x Comprimento 4,00 a 5,00 Metros) – exclusivamente nas seguintes espécies / essências: Ipê, Maçaranduba, Faveiro Ferro, Grápia (Grapeira), Itaúba Preta, Garrote, Sucupira Amarela, jatobá. Incluso frete.						

1	2	400,00	m3	MAÇARANDUBA JATOBA ITAUBA PRETA	R\$ 2.416,31	R\$ 966.524,00
Lote	Item	Quant.	Un	Marca	Unitário	Total
Descrição: Madeira de Lei serrada em PRANCHAS medida seção (Largura 20 a 30 cm x Espessura 6 e 8 cm x Comprimento 4,00 a 5,00 Metros) – exclusivamente nas seguintes espécies / essências: Ipê, Maçaranduba, Faveiro Ferro, Grápia (Garapeira), Itaúba Preta, Garrote, Sucupira Amarela, jatobá. Incluso frete.						
1	3	50,00	m3	MAÇARANDUBA JATOBA ITAUBA PRETA	R\$ 2.417,00	R\$ 120.850,00
Lote	Item	Quant.	Un	Marca	Unitário	Total
Descrição: Madeira de Lei serrada em PRANCHAS medida seção (Largura 20 a 30 cm x Espessura 6 e 8 cm x Comprimento 4,00 a 5,00 Metros) – exclusivamente nas seguintes espécies / essências: Ipê, Maçaranduba, Faveiro Ferro, Grápia (Garapeira), Itaúba Preta, Garrote, Sucupira Amarela, jatobá. Incluso frete.						
1	4	50,00	m3	MAÇARANDUBA JATOBA ITAUBA PRETA	R\$ 2.417,00	R\$ 120.850,00
TOTAL RESULTADO HOMOLOGADO						R\$ 2.368.000,00

São José dos Quatro Marcos, aos 20 dias do mês de setembro de 2023.

Presidente: **JADILSON ALVES DE SOUZA**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO

RESOLUÇÃO CISCN N.º 228/2023

RESOLUÇÃO CISCN N.º 228/2023

Dispõe sobre a aprovação do relatório consolidado de produção de ações e serviços executados de acordo com as metas apresentadas e aprovadas no Plano Operativo de Metas do 1.º quadrimestre de 2023.

O Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal de Saúde da região Centro Norte do Estado de Mato Grosso – CISCN, criado pelo Regimento Interno na data 30/01/2023, no exercício de suas atribuições legais que lhes conferem as Leis Federais Orgânica da Saúde N.º 8.080 de 19/09/1990 e N.º 8.142 de 28/12/1990; e,

Considerando a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e com o Dec. 6.017, de 17 de janeiro de 2007, tendo como área de atuação o território dos Municípios consorciados, que passam a formar uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe;

Considerando a Lei Estadual nº 8.190, de 28 de outubro de 2004, Institui normas gerais de parceria entre o Estado e os Consórcios Intermunicipais de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS;

Considerando a Portaria n.º 210/2023, de 20 de março de 2023, em seu artigo 5.º - Inciso IV - Encaminhar quadrimestralmente, ou seja, nos meses de maio, setembro e janeiro, após a finalização de cada quadrimestre, ao respectivo Escritório Regional de Saúde/SES/MT;

Considerando a reunião realizada na data de 06/09/2023, com a apresentação, discussão e sanadas as dúvidas, foi submetido à apreciação do Plenário do Conselho Fiscal do CISCN, que por consenso deliberou e,

RESOLVE

Art. 1º - APROVAR por unanimidade o relatório consolidado de produção de ações e serviços executados de acordo com as metas apresentadas e aprovadas no Plano Operativo de Metas do 1.º quadrimestre de 2023.

Art. 2.º - Esta Resolução entra em vigor após a data de sua publicação.

Diamantino-MT, 06 de setembro de 2023.

Jacildo Siqueira de Pinho Vanessa Pereira Stocco

Presidente do Conselho Fiscal/CISCN Secretária Executiva do CISCN

Homologo:

Manoel Loureiro Neto

Prefeito Municipal de Diamantino

Presidente do CISCN

RESOLUÇÃO 225/2023 - FISCAL DE CONTRATO

RESOLUÇÃO N.º. 225/2023

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte do Estado de Mato Grosso (CISCN-MT), Prefeito de Diamantino - MT, Sr. Manoel Loureiro Neto, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Em conformidade com o art. 67 da Lei 8.666/93, designar a Empregada Pública abaixo especificada para desempenhar a função de Fiscalização e Acompanhamento da Execução dos contratos que forem celebrados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte de Mato Grosso, durante o ano de 2023.

§1º. Fica nomeada como fiscal dos contratos do CISCN-MT a Sra. Valdice Mufardini Gomes, CPF: 987.475.921-68, servidora pública municipal.

§2º. O representante da Administração Pública anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. (art. 67 §1º Lei 8666/93)

§ 3º. A presente nomeação tem efeito retroativo à 02/01/2023 até o final do exercício fiscal em 31/12/2023.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução 218/2022.

Diamantino – MT, 13 de janeiro de 2023.

Manoel Loureiro Neto

Presidente do Consórcio

RESOLUÇÃO 224/2023 - COMISSÃO LICITAÇÃO

RESOLUÇÃO N.º. 224/2023

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte do Estado de Mato Grosso, Prefeito de Diamantino - MT, Sr. Manoel Loureiro Neto, no uso de suas atribuições legais, cria a Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde Centro Norte de Mato Grosso para o ano de 2023.

ASSIM, RESOLVE:

Art. 1º - Designar os empregados abaixo especificados, para integrar a Comissão Permanente de Licitação (CPL), com a função de receber, examinar, fiscalizar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos, e dar andamento às licitações que venham a ser executada pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte de Mato Grosso (CISCN-MT), durante o ano de 2023.

§1º. Ficam nomeados como presidente da CPL a Sra. Cristina Rodrigues Coimbra, e como membros a Sra. Adélia Maria Santos e Sr. Carlos Alberto Nunes de Almeida

§ 2º. A presente nomeação tem efeito retroativo à 02/01/2023 até o final do exercício fiscal em 31/12/2023.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução 217/2022.